

economia



Observador

Affonso Ritter

aritter20@gmail.com

Cuidados com os idosos

Foi lançada nesta quinta-feira, no Galpão da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, a Federação das Instituições de Longa Permanência de Idosos do RS (Filpi-RS). Pioneira no Brasil, a entidade atuará na representação política, articulação com os governos, fortalecimento institucional e troca de boas práticas. A criação da Filpi-RS é um marco para a área do envelhecimento no Estado e representará ILPIs sem fins lucrativos que acolhem milhares de idosos vulneráveis e enfrentam desafios diários de gestão, financiamento e adequação às normas. A Federação atuará sempre com o foco na garantia de cuidado digno e qualidade para a população idosa.

Futuro do setor elétrico

Em parceria com o Tecnopuc e a Noale Energia, a Câmara Brasil-Alemanha no RS realiza workshop sobre estratégias e novas fronteiras para o setor elétrico. Será em 28 de outubro, no Tecnopuc, com Frederico Bosch, especialista que abordará fontes renováveis, avanços regulatórios e novas demandas de consumo.

A exportadora de ração

Com uma trajetória que alcançará 25 anos em 2026, a Nutri-recebeu na noite de quinta-feira, mais uma vez, uma distinção que ratifica sua posição como uma das maiores exportadoras de ração para pet. Em Porto Alegre, a empresa de Garibaldi foi agraciada pela sétima vez com o Prêmio Exportação RS, concedido a organizações em reconhecimento à excelência no mercado internacional. Fundada em 2001, começou a se aproximar do mercado internacional. Hoje, está em mais de 50 países.

A adaptação a elétricos

O crescimento da frota de carros elétricos já é uma tendência mundial e começa a ganhar força também no Estado. Na Guarida, o número de solicitações de orçamentos para a instalação de pontos de recarga em condomínios cresceu 20% de janeiro a agosto de 2025, em relação ao mesmo período do ano passado. Há soluções comerciais que reduzem o investimento inicial, mas os custos variam caso a caso.

Lideranças sustentáveis

Como despertar crianças para salvar o planeta? No 7º Seminário Sala Verde Padre Amstad, em Novo Hamburgo, a Educredi reuniu educadores, alunos e cooperativas para discutir educação ambiental, resiliência e práticas como Lixo Zero e cidades esponjas. O evento mostrou que formar lideranças sustentáveis começa na escola. A propósito, o presidente da Educredi, Elson Sena, lembrou que há 30 anos foi pensada nas escolas agrícolas a disciplina de Educação Ambiental.

Operação no Nordeste

A SV Engenharia e Serviços, de Caxias do Sul, que atua nas áreas de construção civil e prestação de serviços, comemora a expansão fora da Região Sul. Desde agosto, abriu filial em Recife e 30 colaboradores são responsáveis pela limpeza de 19 postos da Polícia Rodoviária Federal, em 16 cidades, de Pernambuco. Com 10 anos de atuação, já atua em cidades, como Caxias do Sul, Porto Alegre, São Marcos, Veranópolis, Joinville e Concórdia.

Cidades gaúchas no ranking Siconfi

A edição 2025 do ranking Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, confirmou a presença expressiva de municípios clientes da Govbr entre os mais bem avaliados do País. As cidades do Rio Grande do Sul atendidas pela Govbr se consolidaram: Novo Cabrais lidera o ranking nacional, seguido por Faxinal do Soturno e Nova Ramada. Na lista dos dez primeiros ainda figuram Augusto Pestana e Coronel Barros, completando a presença gaúcha de peso. No total, sete clientes da Govbr localizados no Estado integram o Top 20 nacional.

Benefícios ao carvão são questionados na Câmara

Uma das críticas envolve recursos destinados à termelétrica Candiota 3

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados realizou nesta quinta-feira, em Brasília, uma audiência pública para debater os “subsídios públicos destinados à geração de energia a partir do carvão mineral”. Um dos questionamentos feitos no encontro foi quanto a recursos que são repassados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) à termelétrica gaúcha Candiota 3.

Conforme definição do governo federal, a CDE é “um fundo com grande aporte de consumidores privados, que financia uma série de políticas do setor de energia”. Esse encargo setorial é pago através das contas de luz. O gerente de Transição Energética do Instituto Internacional Arayara, John Fernando de Farias Wurdig, informa que, entre os meses de junho, julho e agosto, Candiota 3 recebeu cerca de R\$ 40 milhões através da CDE.

O Instituto Arayara pediu explicações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre os pagamentos milionários à termelétrica, mesmo a usina tendo ultimamente exportado energia para a Argentina e não abastecido o mercado brasileiro. Wurdig considera que, pelo contexto atual, a perspectiva é que Candiota 3 tenha “um futuro curto”. Ele recorda que a licença ambiental da usina vence em abril de 2026. “Vai ser muito difícil um processo de renovação dessa licença, porque tem muitas condicionantes não atendidas”, comenta o engenheiro ambiental.

Ele afirma que só de multas a pagar a usina tem uma quantia de mais de R\$ 100 milhões a ser desembolsada. Wurdig enfatiza que é preciso investir recursos na transição energética na região do município de Candiota, para que não ocorra desemprego com a desativação da usina. “E a gente não vê isso, só o discurso para continuar o subsídio”, critica o integrante do Instituto Arayara,

Por sua vez, o diretor-presi-



Audiência sobre o tema foi promovida nesta quinta-feira, em Brasília

dente do Instituto Arayara, Juliano Bueno, solicitou à Comissão de Legislação Participativa para que seja realizada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os montantes pagos de forma errônea e não devolvidos pelo setor carbonífero no que tange aos recursos financeiros recebidos da CDE. Já a diretora-executiva da entidade, Nicole Figueiredo, defendeu que o Brasil lidere o protagonismo na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) para o fim de novas usinas a carvão em âmbito global, assim como dos subsídios aos combustíveis fósseis. Além disso, sugere que o País integre a Power Past Coal Alliance (PPCA) que é um grupo de 186 nações, cidades, regiões e organizações que visam acelerar a eliminação gradual do emprego do carvão nas termelétricas.

Fazendo o contraponto, o presidente da Associação Brasileira do Carbono Sustentável (ABCS), Fernando Zancan, destaca que o tema de criticar benefícios a fontes fósseis de energia é antigo. No entanto, no caso do carvão, ele questiona o uso do termo “subsídio” para o mineral. O dirigente sustenta que o apoio da CDE não pode ser considerado como subsídio. “É um mecanismo financeiro para manter a cadeia produtiva toda operando e operando quando tem necessidade. Quando tem muita chuva, diminui o despacho das usinas (a carvão), com pouca chuva vai para o máximo”, argumenta Zancan.

Ele também enfatiza que a única termelétrica a carvão atuando hoje que pode usufruir

da CDE é Candiota 3. Outro ponto salientado pelo representante da ABCS é que a validade do benefício para a térmica é até 2027. Se a usina tiver um novo contrato de fornecimento de energia, não deverá mais contar com a CDE. “A audiência (em Brasília) não é para falar de subsídio, mas para cortar os contratos (das térmicas brasileiras a carvão)”, diz Zancan.

Sobre a COP30, o presidente da ABCS argumenta que a conferência será um momento em que cada um exporá suas propostas e narrativas, ou seja, “cada um venderá seu peixe”. Dentro desse cenário, Zancan adianta que as empresas do setor estão trabalhando tecnologias para reduzir a pegada de carbono. “Independentemente de qualquer narrativa, a gente entende que vão ficar vivos (os complexos a carvão) e sendo carbono neutro”, prevê o dirigente. Ele reforça que a ideia não é acabar com o uso do carvão, mas sim suas emissões.

A audiência na capital federal foi decorrência de uma solicitação da deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ). Ela salienta, de acordo com a Agência Câmara de Notícias, que ainda está em análise um veto sobre a Lei das Eólicas Offshore. Esse veto remove emendas que prorrogam até 2050 os benefícios ao carvão e ao gás natural. A decisão, na avaliação da parlamentar, é fundamental para manter a coerência da política energética nacional com as metas climáticas. Talíria lembra ainda que o Projeto de Lei 219/25, em análise na Câmara, proíbe novos subsídios ao carvão mineral e extingue os atuais.